

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E O PROCESSO DE LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Divina Almeida de Souza¹

Luciene Pereira da Silva Gonçalves²

RESUMO

Com este trabalho procuramos apresentar uma reflexão a respeito da importância da contação de histórias na fase da Educação Infantil. De acordo com esta perspectiva, a literatura infantil se apresenta como um elemento importante tanto no letramento como na formação de leitores, portanto, faz-se necessário que ocorra esse processo de contato com o livro e com a literatura antes mesmo de o indivíduo ser alfabetizado.

Palavras-chave: Educação Infantil. Contação de histórias. Letramento.

ABSTRACT

With this work we seek to present a reflection on the importance of storytelling in the Early Childhood Education phase. According to this perspective, children's literature presents itself as an important element both in literacy and in the formation of readers, therefore, it is necessary that this process of contact with the book and with literature occurs even before the individual is literate.

Keywords: Child education. Storytelling. literacy.

INTRODUÇÃO

Com o presente artigo, visamos mostrar a importância da literatura na Educação Infantil sendo que esta pode ser desenvolvida, dentre outras, a partir da narração ou contação de histórias. Nesse sentido, procura-se identificar as contribuições da literatura, por meio da contação de histórias, visando o desenvolvimento da criança. No que diz respeito à metodologia, este trabalho se trata de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa.

A Educação Infantil, por sua vez, se refere à educação das crianças antes do seu ingresso no ensino obrigatório. Dessa forma, abrange o período que compreende a seguinte faixa etária: dos zero aos seis anos de idade. Na Educação Infantil as crianças são estimuladas por meio de atividades lúdicas, ao manuseio de histórias em quadrinhos e jogos que têm por objetivo exercitar diversas capacidades como a motora, intelectual, leitora o que propicia muitas descobertas e a início ao processo de alfabetização. Assim,

¹ Graduanda em Pedagogia EPT pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) e IFGoiano. e-mail: vinnyalmeidalua@gmail.com

² Doutora em Química pela Universidade Federal de Goiás. e-mail: luciene.pereira@ifgoiano.edu.br

de acordo com a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (BRASIL, 1996), essa fase da educação tem por objetivo promover o desenvolvimento da criança até os seis anos de idade no que diz respeito aos seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Desse modo, verifica-se que a Educação Infantil se trata de uma etapa do Ensino Básico na qual a criança deixa o convívio familiar para ter acesso ao ensino educativo aliado ao cuidar.

Tendo em vista a importância do desenvolvimento da criança em relação às diversas habilidades é que se pretende pesquisar como a leitura literária pode ser promovida de forma prazerosa para a criança e, dessa forma, despertar o interesse pela leitura a partir do que se ouve e como se ouve uma história literária.

Em se tratando da literatura na educação infantil vale destacar sobre as histórias literárias, considerando que a criança dessa faixa etária ainda não está em fase de alfabetização sistemática, entretanto, já está no início da fase do letramento, o que para Soares (1998) se trata da aquisição das habilidades da leitura e da escrita para as práticas sociais.

Desse modo, esta investigação se justifica pelo fato de considerar os primeiros contatos da criança com livros como elementos importantes no processo de letramento e formação de leitores, haja vista que a apreciação ocorrida nesses momentos compõe um método estimulador ao processo de leitura. A partir daí a criança passa a ter contato com a narração ou contação do conteúdo da história o que vai contribuir significativamente para o processo de imaginação e na sua formação enquanto leitora.

A importância da literatura infantil e da leitura

Ao observar a diversidade e notar que cada pessoa tem uma a sua própria história, é possível inferir que desde os tempos mais remotos até os dias atuais, existe a necessidade da expressão por meio de uma história da vida, buscando explicações, transmitindo valores de antepassados para as gerações subsequentes. Nesse sentido, é importante destacar o que afirma Denipoti (1996, p. 89), “o que podemos verificar, nos estudos sobre a leitura no passado, é que há uma riqueza muito grande de fontes e possibilidades que, ao serem estudadas, permitem o acesso a diferenças culturais no tempo”.

No que diz respeito à contação de histórias, vale ressaltar que é interessante o trabalho estimulador e motivador antes de se iniciar uma história para que o aluno possa sentir o desejo da história que está prestes a ouvir. Faz-se necessário o acreditar na história que será contada.

Ao ler um texto literário, o indivíduo tem a oportunidade de entrar em contato com a sua própria história e, desse modo, compreender questões ligadas ao presente, ao passado e ao futuro. Além disso, a leitura do texto literário permite que o leitor reflita, critique e se emocione. Assim, ele pode vivenciar as suas próprias experiências, o que pode lhe proporcionar uma reflexão sobre a sua vida.

Portanto, assim como mostra Nascimento (2006), a literatura é uma transfiguração do real para o mundo imaginário, é a realidade recriada e transmitida pela linguagem, formando os gêneros, nos quais se transformam em um novo corpo e uma nova realidade.

A palavra Literatura vem do latim *litteris* que significa “letras”. Em latim, o termo literatura remete à instrução, ou seja, um conjunto de saberes ou habilidades de escrever e ler bem, e está relacionado às artes da gramática, da retórica e da poética. Nesse sentido, podemos definir o texto literário ao fazer a oposição entre o texto científico e o artístico: o texto científico é escrito empregando as palavras no sentido denotativo, visto que a sua função principal é instruir o leitor. O texto artístico ou literário também busca instruir e passar uma ideia ao leitor, no entanto, com a beleza e o efeito emocional que une essa instrução à necessidade estética que toda obra de arte exige. Desse modo, o texto artístico se diferencia do texto científico ao buscar empregar as palavras com liberdade, no sentido conotativo, figurado, posto que pretende emocionar por meio da liberdade e da beleza das palavras (MENEZES, 1993).

Portanto, é da linguagem que se escreve uma obra literária. Assim, as palavras são a sua obra-prima. Segundo Coutinho (1978, p. 9-10), a literatura, assim como as outras artes

é uma transfiguração do real, é a realidade recriada através do espírito do artista e retransmitida através da língua para as formas, que são os gêneros, e com os quais ela toma corpo e nova realidade. Passa, então, a viver outra vida, autônoma, independente do autor e da experiência de realidade de onde proveio.

Dessa forma, o devido sentido da literatura se dá por meio da familiarização do indivíduo leitor com os gêneros literários, ou seja, criando hábitos sólidos de leitura. É importante destacar que há literaturas apropriadas para cada idade, desde a literatura infantil até chegar à literatura adulta (NICOLA, 1998). Quando se faz referência a gêneros

literários trata-se de formas diferentes de trabalhar a linguagem que é considerada um instrumento de ligação entre os diversos textos literários espalhados pelo mundo.

Por meio do uso de palavras, imagens e sons, a literatura oral é a forma mais antiga de contar histórias reais ou fictícias. O ato de contar histórias é uma forma de entretenimento, educação e preservação da cultura. Assim, é também um modo de incutir conhecimentos e valores morais e culturais. Portanto, a literatura oral é considerada com um elemento cultural que teve e tem extrema importância na constituição da cultura da humanidade, haja vista que os seres humanos têm uma habilidade natural para usar a comunicação verbal para ensinar, explicar e entreter.

A contação de histórias, segundo Mateus et al. (2014, p. 55),

é uma das atividades mais antigas de que se tem notícia. Essa arte remonta à época do surgimento do homem há milhões de anos. Contar histórias e declamar versos constituem práticas da cultura humana que antecedem o desenvolvimento da escrita. Na cultura primitiva, saber ler, escrever e interpretar sinais da natureza era de grande importância, porque mais tarde iam se tornar registros pictográficos, com os quais seriam relatadas coisas do cotidiano que poderia ser lido e compreendido pelos integrantes do grupo.

Tais registros estavam ligados a narrativas orais e, portanto, uma forma de registrar a memória, pois ainda não existia a escrita. A literatura oral tradicional, que surge num período em que ainda não existia a escrita, trata-se de uma forma de transmitir o conhecimento de povo de geração após geração. É importante destacar que a literatura oral depende da experiência pessoal e da imaginação, assim como da combinação de gestos e expressões. Ao se valer desses elementos, valores artísticos e culturais, como simples mensagens ou apelos e sentimentos eram transmitidos de uma pessoa para outra.

Na literatura oral, existe tanto o narrador que cria a experiência como a audiência que passa a criar as imagens mentais a partir das palavras ouvidas e dos gestos vistos. Geralmente, o narrador desses textos orais se vale de uma sequência de incidentes que passam a compor uma trama com início, meio e fim. Para tal fim, ele visualiza os personagens e os cenários e passa a improvisar o fraseado, de modo que uma história oral jamais se repete, pois, dificilmente, será contada da mesma forma. Com o surgimento da escrita, as histórias passaram a ser gravadas, transcritas e compartilhadas pelas diversas regiões do mundo. Acredita-se que o ato de contar histórias esteja ligado ao homem devido à necessidade de contar as suas próprias experiências aos outros. O homem tem orgulho de suas próprias tradições, lendas e histórias, visto que estas expressam sua cultura e devem, portanto, ser preservadas. Daí surge a relação entre a oralidade e a literatura.

Desse modo, a literatura, como uma produção artística está integrada a um tempo preciso, a uma determinada cultura e ligada à história e às tradições de um determinado povo. Portanto, expressa o contexto tanto de uma cultura como de uma época específicas.

A arte literária como um todo, envolve as leituras e análises de textos verbais, que podem ser orais ou escritos, ficcionais ou verídicos, que têm o poder de provocar diferentes reações emocionais como alegria, tristeza, raiva, compaixão e outros, nos leitores e ouvintes. Portanto, a literatura permite que o indivíduo saia do mundo real e se integre ao mundo da fantasia. Embora não modifique a realidade, pode ser uma forma de registrá-la e, desse modo, oferecer aos leitores e ouvintes a oportunidade de poderem reavaliar a sua própria história de vida e os seus comportamentos, pois viabiliza a reflexão sobre as experiências por meio da construção simbólica.

O surgimento da literatura infantil ocorreu no século XVII, especialmente, a partir da vontade de contar histórias, fato este que estava ligado à forma de comunicação entre os homens que contavam as suas vivências e experiências de vida, e tinham como um dos seus objetivos educar as crianças (BASSO, 2009).

No final do século XVII foram escritos os primeiros livros voltados às crianças. Tais livros eram escritos pelos próprios professores com o objetivo de ensinar valores, hábitos, assim como ajudá-las a enfrentar a realidade social. Os livros eram escritos para proporcionar uma leitura utilitária para atender as necessidades da sociedade. Naquela época, a criança era considerada um adulto em miniatura, a qual participava de todos os assuntos, inclusive nos tribunais e ouviam as histórias que eram próprias para os adultos. As crianças da classe nobre liam grandes clássicos enquanto as crianças pobres liam ou ouviam as lendas e contos folclóricos. Assim como aponta Spengler (2011), em 1654 houve a primeira ideia de escrever um livro com ilustrações próprio para o público infanto-juvenil, pelo educador tcheco Jan Amos Comenius que publicou a obra “*Orbis pictus*” (O mundo de imagens) que não se tratava de uma obra literária propriamente dita, mas de uma enciclopédia ilustrada que usava a imagem como objetivo educativo.

De um modo geral, a literatura infantil é um fenômeno repleto de criatividade que representa a vida, o mundo e a realidade que vivemos. A literatura infantil é um elemento importante que propicia à criança o desenvolvimento das suas emoções, da sua imaginação, assim como dos seus sentimentos de forma prazerosa, proporcionando-lhes condições tanto de criar como de usar o seu raciocínio e, dessa forma, criar a liberdade

de expressão. Assim, um dos principais objetivos da literatura infantil é desenvolver a imaginação, a emoção e a fantasia da criança harmonizando esta à realidade.

Nesse sentido, assim como aponta Marafigo (2012), a literatura infantil é um instrumento de extrema importância na construção do desenvolvimento social e cognitivo da criança. Portanto, é importante que seja utilizada de modo adequado, visando despertar as crianças para o mundo da leitura significativa e prazerosa. Para tanto, é necessário transformar a leitura em uma atividade prazerosa.

A autora mostra que a leitura prazerosa se refere àquela que permite que a criança entre no mundo imaginário e, assim se aproprie das culturas e saberes contidos na obra literária. Essa leitura propicia a aquisição de informações que possibilitam a construção do seu próprio conhecimento. Por conseguinte, é fundamental que a criança tenha acesso à literatura na infância. Marafigo (2012) assevera que o contato das crianças com os livros e as histórias podem se transformar na chave para um bom aprendizado escolar. Nessa perspectiva, o aprendizado da linguagem facilita a compreensão das palavras e dos símbolos e permite que a criança entenda o mundo imaginário que representa elementos do real.

De acordo como Basso (2009), a literatura infantil trata-se de um gênero literário definido pelo fato de se destinar a um público específico – as crianças. A autora também aponta que a literatura infantil leva a criança a se descobrir no mundo em que vive. A partir daí, a descoberta leva a criança a viajar, a se descobrir e atuar num mundo, muitas vezes mágico, que dá a ela a oportunidade de modificar a sua realidade seja ela boa ou ruim, o que depende da sua imaginação. Por meio da leitura das obras literárias infantis a criança pode vivenciar os seus sonhos por se tornar um dos seus personagens, ou seja, passa a se transformar em príncipes, princesas ou heróis e heroínas com os quais se identifica.

Segundo Silva (2008), a literatura infantil surgiu no Século XVII com Fenélon (1651-1715), com a função de educar moralmente as crianças, deixando claro o que devia ser ensinado, ou seja, que o bem deveria ser aprendido e o mal ser desprezado. É importante destacar que no Século XVII, os protestantes tiveram grandes influências e estímulos nas sociedades, em resultado da importância da organização patriarcal por eles desenvolvida. Tal fato repercutiu também na literatura infantil. De acordo com Scharf (2000), para os pastores a criança devia ser domada por uma educação religiosa rígida. Essa educação era realizada por meio dos manuscritos religiosos que falavam sobre a vida dos apóstolos cristãos, lidos para as crianças. Nesta época já havia um interesse especial

pela criança, que originou os primeiros tratados da pedagogia, escritos pelos protestantes, ingleses e franceses, e que eram totalmente voltados para a formação religiosa.

Foi durante o Século XVIII que a literatura infantil ganhou fôlego e passou a ter o seu verdadeiro valor. Isso se deu, porque foi especialmente a partir daí que as famílias passaram a se reunir, tanto os adultos como as crianças, muitas vezes junto às lareiras, durante os rigorosos invernos europeus. É importante destacar que anteriormente havia uma assimetria entre homens, mulheres e crianças, de modo que foi apenas no Século XVIII que as mulheres e crianças passaram a ganhar mais liberdade, o que resultou em um maior calor afetivo entre elas, de modo que isso atenuou a obediência ao poder paterno e à hierarquia.

Scharf (2000) mostra que alguém se encarregava de fazer a leitura enquanto os outros – as crianças – paravam atentos para ouvir o repertório que, geralmente, prendia a sua atenção, de modo que ficam fascinados em ouvi-las. Segundo a autora, tratava-se de momentos coletivos com o predomínio da literatura oral. Tais colóquios aconteciam tanto nas classes nobres como para as crianças do povo comum. No entanto, é importante destacar que havia diferenças nos textos que circulavam entre as diferentes classes sociais. Para as crianças da classe nobre eram lidos textos clássicos, enquanto a criança do povo participava da mesma literatura oral voltada para o público adulto que contavam histórias como as lendas. Muitas vezes, o povo se reunia à beira das fogueiras para contar e ouvir histórias.

Foi durante o Século XVIII que surgiu também a preocupação com a criação de uma escola que atendesse a todas as crianças. Nessa perspectiva, com o objetivo de alfabetizar a criança, a escola passou a usar a leitura como uma forma de intermediar a cultura à criança o que se tornou uma forma de abrir as portas ao conhecimento. Nesse mesmo período foi criada a tipografia, o que possibilitou novas formas de impressão, como os jornais e livros.

Historicamente, os primeiros livros direcionados para a criança surgem no século XVIII, especialmente pelas obras dos autores La Fontaine e Charles Perrault que se dedicavam a escrever as suas obras, focando nos contos de fadas com o objetivo de atender ao público infantil. É importante destacar que um marco do início da literatura infantil são as obras “O conto da mamãe gansa”, “O gato de botas”, “Cinderela” de Charles Perrault (1628-1703).

De acordo com Machado (2002, p. 74),

os contos de fadas pertencem ao gênero literário mais rico do imaginário popular. Essas histórias funcionam como válvula de escape e permitem que a criança vivencie seus problemas psicológicos de modo simbólico, saindo mais feliz dessa experiência.

O surgimento da literatura infantil com as suas próprias características surge da família burguesa. Um marco desse período é o fato de a criança passar a ser reconhecida como um ser diferente, com características e necessidades próprias diferentes daquelas do adulto.

Anteriormente, a criança era considerada como um adulto em miniatura, a qual participava de todos os assuntos até mesmo nos tribunais e ouviam as histórias que eram para os adultos. Essa mudança de concepção da criança está em consonância com o que postula Vygotsky (1991) ao afirmar que é preciso que a criança seja entendida um como ser social e histórico que apresenta diferenças de procedência socioeconômico, cultural, familiar, racial, de gênero, de faixa etária e que precisam ser conhecidas, respeitadas e valorizadas tendo como finalidade o desenvolvimento integral nos aspectos físico psicológico, intelectual e social contemplando a ação da família e da comunidade.

Segundo Basso (2009), vários autores viram a necessidade de adaptar e transformar os contos devido ao grau de violência e crueldade, o que não poderia ser passado para a criança que havia ser reconhecida como tal. Uma das histórias mais famosa e que mais sofreu transformações foi “Chapeuzinho Vermelho”, que tinha uma história com requintes de crueldades, sexo e canibalismo, ou seja, conteúdos que jamais poderiam ser contados para uma criança.

Nesse sentido, é importante destacar que a produção dos livros infantis escritos no início do século XIX no Reino Unido, na França e na Alemanha teve muita influência de Jean-Jacques Rousseau. Este filósofo francês se preocupava com o crescimento espontâneo e normal da criança e com um ambiente que propiciasse o desenvolvimento e o ensino da literatura. Foi justamente visando atender a essas especificidades que as ilustrações passaram a estabelecer um código de linguagem visual, de modo que o livro infantil passou a ser também um objeto de arte e entretenimento que vinculava os valores morais e educativos daquela época.

Segundo Splengler (2011), o surgimento do livro ilustrado provocou uma série de mudanças sociais, econômicas e culturais na sociedade. Isso se deu por favorecer o aumento do comércio e da divulgação de textos literários para crianças com ilustrações, gerando, a necessidade na demanda de escritores e ilustradores. Os livros ilustrados começaram a ser divulgados no século XIX, especialmente, na Inglaterra na Pós-

Revolução Industrial, período que a criança passou a ser reconhecida como um ser diferente do adulto, com características e necessidades próprias. Desse modo, para atender o público infantil, começou a criação e produção de vários produtos industrializados, como brinquedos e livros, que passaram a ser considerados como objetos de consumo.

Lajolo e Zilberman destacam que

a criança passa a deter um novo papel na sociedade, motivando o aparecimento de objetos industrializados (o brinquedo) e culturais (o livro) ou novos ramos da ciência (a psicologia infantil, a pedagogia ou a pediatria) de que ela é destinatária [...], a escola se qualifica como espaço de mediação entre a criança e a sociedade, [...] a escola incorpora ainda outros papéis, que contribuem para reforçar sua importância, [...] por força de dispositivos legais, ela passa a ser obrigatória para crianças de todos os segmentos da sociedade (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 17-18).

De acordo com Spengler (2011), a concretização da relação entre a palavra e a imagem nos livros de recepção infantil e juvenil surgiu com o gênero chamado produção literovisual, que teve William Blake e Edward Lear como os seus precursores ao adotarem esse gênero em suas produções. Em 1789, William Blake publicou o livro “Canções da inocência”, que integrava o texto e a imagem. Essa obra se tornou uma referência no início das pesquisas da ilustração em livros para crianças. Os elementos existentes nas ilustrações mostraram o pioneirismo do autor ao iniciar a utilização de imagens narrativas nos livros infantis.

Nesse sentido, Splengler (2011) destaca que as narrativas ilustradas dos séculos XVIII e XIX eram textos visuais nos quais as imagens se originavam de outras imagens já conhecidas, que proporcionavam o conhecimento para a história da ilustração. Naquele mesmo período, a escola passou a ser obrigatória e responsável pela divulgação dos valores morais e com a função de preparar a criança para um mundo de trabalho. Portanto, a literatura passou a adquirir também um caráter pedagógico e uma função formativa, de modo que tinha que repetir os valores da burguesia dominante. Foi justamente nesse ínterim que os livros infantis passaram a ser reconhecidos como obras de arte. Os livros impressos se tornaram um item de luxo para a nova sociedade burguesa devido às imagens fotográficas coloridas. A ilustração dos livros destinados às crianças expandiu o uso de técnicas e cores e, dessa forma, despertou o gosto e o prazer da criança pela leitura.

Scharf (2000) mostra que, no início do século XIX, duas obras marcaram fortemente a história da literatura infantil. A primeira obra, desenvolvida para as crianças

e a família, em 1812-1815, conhecida como os Contos de Grimm, que conta com mais de 200 narrativas de fundo popular. Essas obras se espalharam e são conhecidas mundialmente. A coleção contém contos como: a Branca de Neve e os Sete Anões, João e Maria e Os Músicos de Bremen, entre outras. A segunda obra foi a do dinamarquês Hans Christian Andersen (1835), com uma coleção de contos de fadas: O Patinho Feio e O Soldadinho de Chumbo por conter a humanização dos bichos e objetos com muita criatividade.

Assim como aponta Scharf (2000), Hans Christian Andersen, Irmãos Grimm e Charles Perrault foram os precursores das obras que tiveram grande aceitação entre as crianças, isso porque conseguiram desenvolver na criança um mundo de fantasias, aventuras, medos, suspenses, um mundo de histórias e poesias. O que faz que essas obras tenham um caráter lúdico e conformem um gênero específico voltado para as crianças.

No entanto, como aponta Silva (2009), a literatura infantil passou por uma crise desde seu surgimento no século XVIII, sendo vítima dos preconceitos, rótulos e banalizações quanto à sua importância seja na função pedagógica ou artística. A crise se deu, justamente, pelo seu caráter singular, pois havia uma comparação hierarquizada entre a literatura destinada ao público adulto e a literatura infantil.

Segundo Coelho (1991), a arte de contar histórias se configura por técnicas, que dependem naturalmente de certa tendência “inata”, porém podem ser desenvolvidas e cultivadas a partir do conhecimento da importância da história para os que a ouvirem. Nesse sentido é preciso que os educadores ao contar histórias aprendam a atingir os diversos tipos de público. Coelho (1991) afirma ainda:

A força da história é tamanha que o narrador e ouvintes caminham juntos na trilha do enredo e ocorre uma vibração recíproca de sensibilidades, aponto de diluir-se o ambiente real ante a magia da palavra que comove e enleva. A ação se desenvolve e nós participamos dela, ficando magicamente envolvidos com os personagens, mas sem perder o senso crítico que é estimulado pelos enredos (COELHO, 1991, p. 11).

Assim, a narração de uma história se manifesta de várias formas proporcionando a comunicação entre narrador e ouvinte. Diante disso, é imprescindível que o professor tenha a sensibilidade de lidar com a linguagem do aluno a fim de desenvolver o imaginário e, em sua consequência, o gosto pela leitura. Ao contar uma história, o contador deve instigar a expectativa de descobrir o que ocorre no desfecho por meio do uso da sua imaginação.

De acordo com Sisto (2001), a contação de história surge do olhar, da comunicação como necessidade, o que envolve tanto o sentimento da socialização como o compartilhamento de sentimentos internalizados que se expressam por meio do olhar. Dessa forma, está estritamente ligado ao mundo imaginário, o que envolve a valorização dos elementos culturais. Nessa perspectiva, ao partir desse olhar, o contar história remete à capacidade de por meio da imaginação alcançar diversas realidades.

A contação de histórias torna possível um contato com um universo diversificado de conhecimento. Desse modo, a partir de uma história surge a possibilidade do desenvolvimento do conhecimento amplos e diversificados, promovidos de modos diferentes, envolvendo valores éticos, ou seja, tudo de um modo diferente. “Conto histórias para formar leitores; para fazer da diversidade cultural um fato; valorizar as etnias; manter a História viva; para se sentir vivo; para encantar e sensibilizar o ouvinte; para estimular o imaginário; articular a sensível [...]” (BUSATTO, 2003, p. 45- 46).

Diante do que fora exposto, vale ressaltar que é importante que o aluno tenha oportunidades de ser estimulado visando o desenvolvimento de habilidades intelectuais, certamente contando com histórias contadas que oportunizam vastas possibilidades com o mundo imaginário e das fantasias. “Os fatos, as cenas e os contextos são do plano do imaginário, mas os sentimentos e as emoções transcendem à ficção e se materializam na vida real” (RODRIGUES, 2005, p. 4).

De acordo com Faria (2010), o gênero literário infantil é composto por obras de variados gêneros, geralmente, ricos em ilustrações, cores, visando, de um modo lúdico, chamar a atenção do público ao qual se destina. Nessa perspectiva, é fundamental que esses recursos sejam bem explorados visando a contribuição do desenvolvimento da criança ao promover momentos que viabilizam o desenvolvimento das crianças por aguçar a criatividade e despertar a curiosidade pelo conhecimento por meio do universo das histórias.

Falar de contação de histórias envolvendo o desenvolvimento da aprendizagem da leitura, envolve muito mais do que contar uma história, é necessário que o profissional da educação saiba a intencionalidade do que será contado. Mais do que isso, é fundamental que o professor saiba da importância da ferramenta ‘contar uma história’, ou seja, que tenha consciência do efeito dessa prática na formação dos alunos.

De acordo com Cavalcanti (2002), contar história é um processo que parte das ações simples às mais complexas implicando o estabelecimento de “vínculos e confiança com os ouvintes. Contar história é confirmar um compromisso que vem de longe e por

isso, atividades relacionadas às contações de história devem ser desenvolvidas com muito critério” (CAVALCANTI, 2002, p. 83). Sendo assim, é essencial uma prática elaborada ao invés de simplesmente se contar uma história, para tanto, essa prática pode envolver um convite especial visando chamar a atenção das crianças, para direcioná-las para esse espaço e momento tão especiais.

Em relação à importância da contação de histórias, Bernardino e Souza (2011) mostram que

o fracasso escolar no ensino fundamental se refere ao desenvolvimento do gosto da leitura e formação de leitores, que recai sobre a forma como o professor está trabalhando a relação do livro com o aluno. A literatura não está recebendo um estímulo adequado e a contação de histórias é uma alternativa para que os alunos tenham uma experiência positiva com a leitura, e não uma tarefa rotineira escolar que transforma a leitura e a literatura em simples instrumentos para as provas, afastando o aluno do prazer de ler (BERNARDINO e SOUZA, 2011, p. 236).

Assim, a contação de histórias pode ser um recurso muito além do simples fato de contar por contar uma história, é importante perceber a sua finalidade e, dessa forma, promover ações de leitura como uma dada intencionalidade e objetivo de estímulo da criança para o desenvolvimento da leitura.

A contribuição da contação de histórias certamente não é mensurável, porém se trata uma prática mediadora para formação das crianças, promovendo a capacidade de compreender e absorver dos significados.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular, doravante BNCC, (BRASIL, 2018, p. 51), a contação de histórias na área de Língua Portuguesa na Educação Infantil envolve “criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos” se trata de uma das finalidades de aprendizagem no campo das experiências, o que está ligado à escuta, à fala, ao pensamento e à imaginação.

Em relação a isso, cabe destacar o que aponta Faria (2010) ao salientar que

[...] o texto literário é polissêmico, pois sua leitura provoca no leitor reações diversas, que vão do prazer emocional ao intelectual. Além de simplesmente fornecer informação sobre diferentes temas - históricos, sociais, existenciais e éticos, por exemplo -, eles também oferecem vários outros tipos de satisfação ao leitor: adquirir conhecimentos variados, viver situações existenciais, entrar em contato com novas ideias etc (FARIA, 2010, p. 12).

Outra abordagem da BNCC que cabe destacar é sobre a recontação de histórias para crianças pequenas de 4 a 5 anos e 11 meses referente aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que diz respeito a “recontar histórias ouvidas para produção de reconto

escrito, tendo o professor como escriba”. (BRASIL, 2018, p. 51). Diante disso, observa-se que além de contar a história o educador pode estimular o educando a recontar o que ouviu a partir de sua perspectiva.

A BNCC (BRASIL, 2018, p. 43) ainda dispõe que “criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos” é uma das finalidades de aprendizagem contemplando o campo de experiências, ligado tanto à escuta, como à fala, ao pensamento bem como à imaginação. Cabe-se ressaltar que o desenvolvimento dessas áreas é um elemento de extrema importância para o pleno desenvolvimento das crianças pequenas.

As histórias contadas de geração em geração perpassam sentimentos e promove a capacidade de adentrar ao mundo das emoções.

Quem não se lembra de ao menos uma história da infância ouvida com atenção e expectativa? Histórias que ainda circulam nos trilhos e nos vagões da oralidade. Das clássicas àquelas inventadas na hora, meio de improviso, algo permanece em nossa memória e nos dá o lastro para as compreensões de alguns contos modernos, paródias, alusões, até mesmo de metáforas utilizadas pela mídia. Histórias estas recolhidas de uma tradição oral que passam de geração em geração (BUNN, 2008, p. 50).

Com base no exposto pela autora, nota-se que as histórias contadas por um adulto marcam de forma positiva a vida da criança, podendo despertar habilidades as quais além de propiciar conhecimento contribuirão também na construção de múltiplos sentidos ainda quando adultas.

Para além do ato de ler: a importância do letramento

O termo “letramento” está relacionado ao método analítico de ensino, ou seja, em que a leitura se trata de um ato global e ideovisual, ou seja, aquele que começa com unidades que possuem significado para a criança. Segundo Tfouni, (1995, p. 31) “[...] o letramento é um processo, cuja natureza é sócio-histórica, que se insere em um *continuun*”. De acordo com essa perspectiva, a criança consegue desenvolver a leitura verbal por meio do que se vê, sendo capaz de recriar uma linguagem por si mesma a partir do contexto que está inserida.

Nesse sentido, Mary Kato, (1986, p. 7) afirma que a língua culta falada é “consequência do letramento”. Considerando o sentido da palavra, letramento, surge do inglês *literatecy* cujo apresenta o prefixo latino *litera* e sufixo ‘mento’ o qual faz denotação

de uma ação. Sendo assim, o letramento se caracteriza pela ação de ensinar a ler ou a escrever.

Segundo D’Espíndola (2009), o letramento é cultural, desse modo a criança chega no ambiente escolar trazendo consigo certa bagagem de conhecimento com base no senso comum, advindo do seu cotidiano, proporcionando momentos de aprendizagem a partir do contexto no qual está inserida.

Para Kleiman (1995, p. 19), a definição de letramento se resume a “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. Partindo dessa definição, pode-se dizer que para que produza o letramento se faz necessária a relevância do contexto social da criança ou do aluno.

De acordo com Teixeira (2003), a prática pedagógica se relaciona com o papel e autonomia do professor de modo que o mesmo não limite sua prática ao simples fato de aplicar ideias.

[...] a tarefa do professor é fazer aprender, ou seja, cabe a ele a função reguladora da aprendizagem. Assumir essa maneira de pensar o ensino e a função do professor exige um profissional com autonomia, que possa transitar pelas teorias, tomando como referência a sua prática pedagógica, e não se constituindo apenas, em um "aplicador" de novas ideias (TEIXEIRA, 2003, p. 111).

Nesse sentido, no que diz respeito ao letramento em relação ao ambiente escolar, este deve estar ligado a práticas pedagógicas que envolvam ações as quais o professor venha a promover em relação ao objetivo de preparar a criança da Educação Infantil com conhecimentos tácitos que os direcionarão para atividades sociais de suas vivências.

Na mesma perspectiva, a BNCC faz a seguinte abordagem, afirmando que

as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens (BRASIL, 2018, p. 38)

Assim, verifica-se a importância da aquisição do conhecimento a partir das vivências a fim da diversificação da aprendizagem, inferindo uma intencionalidade de desenvolvimento para o convívio social.

Soares (1998) caracteriza a pessoa letrada como aquela que possui o envolvimento em práticas sociais de leitura e de escrita, fazendo uso da escrita de modo que responda e corresponda de forma adequada às intenções sociais.

Nessa perspectiva, é importante destacar que as práticas de letramento na primeira etapa da Educação Básica devem oportunizar um despertar não apenas para a aprendizagem de elementos básicos para se conviver em uma sociedade alcançando os objetivos de convivência, mas deve, por sua vez, inferir uma base sólida para o processo de alfabetização.

Para Soares (1998), o letramento propriamente dito, se refere à base do processo de se apropriar da linguagem escrita, considerando que a leitura e a escrita se tratam de formas de comunicação e interação.

[...] o letramento só pode desenvolver-se na dependência da aprendizagem do sistema de escrita e por meio dela. Portanto, é a integração entre alfabetização e letramento que levará a criança a uma visão ampliada da escrita e da leitura. (SOUSA, 2016, p. 24)

Desse modo, assim como mostra Sousa (2016), a prática do letramento é uma ferramenta que tanto propulsiona como direciona o processo de aprendizagem em relação à escrita e à leitura. Isso não significa que o letramento deva ser o primeiro passo a ser dado na Educação Infantil visando o preparo para o Ensino Fundamental, mas que se trata de uma prática que oportuniza à criança diversas possibilidades. Nesse sentido, valer destacar o que pontua Soares (1998) ao mostrar que a língua é uma facilitadora de transmissão de mensagens e afirma que as atividades para o letramento infantil se materializam na forma de discurso, de práticas faladas, desenvolvidas desde o início da alfabetização (ROSA, 2012).

O que tange o processo de alfabetização e letramento verifica-se um cunho pedagógico que parte da instituição escolar para o processo de desenvolvimento na Educação Infantil.

Os primeiros passos da criança no mundo da escrita, fora e antes da instituição educativa, ocorrem, em geral, de forma assistemática, casual, sem planejamento; é a escola que passará a orientar, de forma sistemática, metódica, planejada, os processos de alfabetização e letramento. Como consequência, a necessária organização do tempo escolar obriga a definir uma fase durante a qual a criança deve apropriar-se formalmente do sistema alfabético e ortográfico e das práticas letradas mais adequadas e pertinentes à infância (SOARES, 2004, p. 18).

Vale destacar que os termos alfabetização e letramento são bastante usados na Educação Infantil e Ensino Fundamental, muitas vezes, esses termos são empregados

como sinônimos, entretanto, é relevante a compreensão de ambos termos, destacando que são distintos.

SOARES (1998) mostra que alfabetização se aplica ao tornar “alfabetizado” já o letramento se configura como “condição de ser letrado”. Nesse sentido, a autora faz a seguinte abordagem:

[...] um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever, já o indivíduo letrado, indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita (SOARES 1998, p. 39-40).

Assim, verifica-se que os termos são definidos de forma diferente, portanto, é possível notar que embora haja uma inter-relação entre os dois termos, não se tratam estritamente da mesma coisa. As duas perspectivas se completam, sendo percebidas nas práticas pedagógicas e no relacionamento entre professores e as crianças, especialmente, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Vale ressaltar que as práticas profissionais visando tanto a alfabetização como o letramento precisam ser refletidas profissionalmente para que, de fato, possam ocorrer os processos sistematizados de ensino e aprendizagem.

Podemos relacionar a aquisição tanto de habilidades como de conhecimentos por meio da alfabetização e do letramento à teoria de Vygotsky (1984), na qual o autor aponta que a criança tem habilidades já adquiridas, portanto, reais; mas que além dessas, existem novas habilidades que estão em potencial de serem adquiridas. Segundo o autor, “aquilo que é zona de desenvolvimento proximal hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã – ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã” (VYGOTSKY, 1984, p. 98). Nota-se que a ZDP se trata do desenvolvimento de todo um percurso de aprendizagem o que certamente trará como resultado a apropriação do conhecimento.

No entanto, Vygotsky infere que a zona de desenvolvimento proximal se trata do percurso desenvolvido até ao determinado nível de amadurecimento o que ele denomina de “real amadurecimento”. Dessa forma o autor denomina de zona de desenvolvimento real (ZDR) a qual se refere à competência ou capacidade do ser humano de exercer afazeres independentes. Dessa forma, percebe-se que na Educação Infantil existem as possibilidades de explorar a aprendizagem da criança, de maneira em que lhes sejam

propiciados os meios que venham a contribuir para a maturação ao ponto de chegar a significados reais por meio do letramento com a mediação do professor.

Para além das atividades voltadas à estrutura gramatical da língua, é importante que sejam desenvolvidas atividades escolares que foquem na construção da linguagem, o uso da linguagem gestual, dos diferentes sons, das imagens, da fala, da leitura e da escrita, por meio de jogos e práticas que viabilizem que a criança possa pensar e dialogar sobre a essas diferentes linguagens. (ROSA, 2012).

Mediante a reflexão apresentada, podemos notar que apesar de a Educação Infantil não ter como finalidade a alfabetização, se trata de uma etapa muito importante para o desenvolvimento de diversas habilidades relacionadas aos aspectos da oralidade, da cognição, das relações sociais, da imaginação etc. Tais habilidades vêm contribuir para a vida da criança tanto nas relações como no desenvolvimento das atividades escolares dos anos subsequentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da reflexão apresentada a respeito da Educação Infantil e da importância da contação de histórias e do letramento ao longo dessa fase da Educação Básica. Nesse sentido, acerca da Educação Infantil pode-se dizer baseando nas pesquisas, que se trata de uma etapa essencial para o desenvolvimento de diversas habilidades como a interação, o desenvolvimento das relações sociais, do trato motor, da cognição, da afetividade, sem contar outras habilidades que podem ser descobertas como, por exemplo a vocação para as artes, dentre outras.

No que se refere ao ato de contar histórias, pode-se destacar, em primeira instância, que o termo “contação de histórias” se trata de um elemento favorável à Educação Infantil, no entanto é importante salientar que esta deve ser trabalhada de modo planejado visando o desenvolvimento de habilidades previstas dentro do esperado para cada ano específico da Educação Infantil. A contação de histórias não se trata apenas de um momento de descontração, mas sim de uma prática de ensino. Portanto, é necessária uma preparação específica, com um olhar profissional atento visando perceber os desenvolvimentos que podem ser adquiridos a partir da história a ser contada.

O letramento, por sua vez, se trata de uma prática relacionada ao social, sendo que a criança na faixa etária da Educação Infantil, apesar de ainda ter aprendido a ler, já pode manusear um livro e, nessa perspectiva, ao tê-lo em suas mãos, sabe identificar tanto o significado como o valor social e intelectual do “livro”, nesse sentido, seguramente já é capaz de explicar o que é um livro e ou para que serve.

Nesse seguimento, é possível por meio da contação de história contribuir para que a criança possa perceber diferentes olhares fazer associações com seu cotidiano a história ouvida. Para tanto é preciso que o momento de contar uma história não seja apenas um improviso, é necessário um planejamento com objetivos estabelecidos visando o desenvolvimento específico o qual pode ser de várias maneiras.

REFERÊNCIAS

BASSO, Cíntia Maria. **A literatura infantil nos primeiros anos escolares e a pedagogia de projetos**. Santa Maria: UFSM, 2009. Disponível em: http://coral.ufsm.br/lec/02_01/CintiaLC6.htm. Acesso em 12 jul 2022.

BERNARDINO, Andreza Dalla; SOUZA, Linete Oliveira de. **A contação de histórias como estratégia pedagógica na Educação Infantil e no Ensino Fundamental**. Educare et educare. **Revista de educação**. São Paulo, v 06, nº12, p. 235-249, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em:22 nov.2017.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=26.,da%20economia%20e%20da%20clientela.>. Acesso em: 13 de abr. de 2022.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Consulta Pública Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

BUNN, Daniela. Da história oral ao livro infantil. Londrina: Estação Literária, v. 1 n. 1, 2001. pp. 50-57.

BUSATTO, Cléo. Contar & encantar: Pequenos segredos da narrativa. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

CAVALCANTI, Joana. **Caminhos da literatura infantil e juventude: dinâmicas e vivências na ação pedagógica**. São Paulo: Paulus, 2002.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 1991.

COUTINHO, Afrânio. **Notas de teoria literária**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 9-10.

D'ESPÍNDOLA, Vamilson Souza. **Letramento, Leitura e Escrita**. (2009). Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/letramento-leitura-e-escrita/18622>. Acesso em: abr. 2021.

DENIPOTI, Claudio. Apontamentos sobre a história da leitura. **História e Ensino**. Londrina, 02: 81-91, 1996.

FARIA, Maria Alice. **Como usar a literatura infantil em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010.

KATO, Mary Aizawa. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, Ângela B. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira**. São Paulo: Ática, 1988.

MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os clássicos universais desde cedo?** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MARAFIGO, Elisangela Carboni. **A importância da literatura infantil na formação de uma sociedade de leitores** (TCC de Pós-Graduação em Educação) Paranavaí – PR: Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, 2012. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Elisangela-Carboni-Marafigo-Padilha.pdf>> Acesso em 09 abr 2022.

MATEUS, Ana do Nascimento Biluca *et al.* A importância da contação de história como prática educativa na educação infantil. **Pedagogia em Ação**, [S.l.], v. 5, n. 1, out. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/8477>>. Acesso em 15 fev 2022.

MENEZES, Salvato Telles de, **O que É a Literatura**, Lisboa, Difusão Cultural, 1993.

NASCIMENTO, Zilda Elena V. **A importância da literatura no desenvolvimento infantil**. (TCC de Graduação em Pedagogia). Campinas – SP: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2006.

NICOLA, José de. **Literatura Brasileira: das origens aos nossos dias**. São Paulo: Scipione, 1998.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira. **Cultura, arte e contação de histórias**. Goiânia, 2005.

ROSA, Adriana Padilha da. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Editora Sol, 2012, 160 p., il. p.18-63.

SCHARF, Rosetenair Feijá. **A escola e a leitura: prática pedagógica da leitura e produção textual**. Dissertação - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2000.

SILVA, Valéria Cristina. **Vou te contar... As narrativas: das tramas da vida ao ofício docente**. (Dissertação de Mestrado). Centro de Estudos Aplicados, Mestrado em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ. 2008.

SISTO, Celso. **Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias**. Chapecó: Argos, 2001.

SPLINGER, Maria Laura P. **Literatura infantil: a palavra e a imagem se entrelaçando na história**. In: *Leitura: teoria e prática*. v. 29, n. 56, 2011. p. 36-43.

SOARES, Magda. **Letramento um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: Caminhos e descaminhos. **Revista Pátio** – Revista Pedagógica, de 29 de fevereiro de 2004, pela Editora Artmed.

SOUSA, Elizabeth Vieira Rodrigues de. **Alfabetização e letramento na educação infantil: um estudo de caso em uma instituição de educação infantil no município de Lagoa Santa** PDF / Elizabeth Vieira Rodrigues de Sousa. - Belo Horizonte, 2016.

TEIXEIRA, L. R. M. "**Desenvolvimento cognitivo e educação infantil: espontâneo ou produzido?**" In: Russeff, I. e Bittar M. (orgs). *Educação Infantil: política, formação e prática docente*. Campo Grande, Plano, (2003).

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Tradução de M. Resende. Lisboa: Antídoto, 1984.